

O PMDB não deu aval, diz Ulysses Guimarães

AGÊNCIA ESTADO

"Eu não sei nada disso e não vou falar sobre o que não sei", afirmou ontem, em Brasília, o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, sobre a intenção do governo de recorrer ao FMI para renegociar a dívida externa, com o aval do PMDB. "Não tem nada disso, a posição do PMDB sobre o FMI é a conhecida" — insistiu.

Vários parlamentares do partido reagiram com perplexidade à notícia. Para o deputado Hélio Duque (PMDB-PR) é dever do governo assumir uma atitude de clareza perante a sociedade e dizer que política está adotando para renegociar a dívida. "Se o PMDB der o aval, vai repetir, em momento pior, porque na transação, a recessão de 82. Recorrer ao FMI não é enfrentamento é submissão ao sistema financeiro internacional."

Já o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) acha que o FMI é a saída natural para o País saldar seus compromissos externos. "Em política econômica é preciso ser realista" — explicou. "Ir ao FMI e se compor com ele não é nenhuma novidade para o Brasil, desde que a composição não submeta a soberania do País às diretrizes do Fundo" — salientou.

GRANDE IMPRENSA

O líder do PMDB na Câmara, deputado Luís Henrique (SC), reagiu indignado: "Não tem nada disso, tem negociação dura". O senador Severo Gomes (PMDB-SP) preferiu a ironia: "Quem quer que o Brasil vá ao FMI — é a grande imprensa".

"Nós apolamos as decisões do presidente José Sarney no campo internacional." Foi a única frase do líder do PFL, deputado José Lourenço. Envolvido com a briga com o PMDB em torno do regimento interno da Assembléia Nacional Constituinte, ele não queria abordar o assunto: "Hoje não é dia de falar nisso".

"Acho que devemos fazer negociação com os bancos, limitando a remessa de divisas, sem tutela do FMI. Quem não tem com que pagar, já pagou. A preocupação, agora, deve ser dos credores," disse Mussa Dames (PFL-PI), ex-secretário da Fazenda dos Estados do Ceará e Piauí.

"O problema agora é do devedor. Ir ao FMI significará comprometimento em termos de política econômico-financeira. O ideal seria transformar parte da dívida em títulos internacionais que seriam absorvidos pelos bancos estatais americanos e mundiais", aconselhou Atila Lyra (PFL-PI).

"Se for necessário, vamos ao FMI, não há por que chorar. Não podemos é ir à bancarrota, ficarmos insolventes. É a necessidade que obriga. Ninguém toma remédio porque quer", ponderou Jesus Tajira (PFL-PI).

"Não é o caso de admitir ir. É como a moratória, uma necessidade, não há opção", afirmou Mendes Thame (PFL-SP), acrescentando que "o problema crucial a equacionar é o da dívida interna."

O líder do PTB, Gastoni Righi, acha que a ida ao FMI "depende". "Se significar vantagens, sem imposições inaceitáveis, tudo bem. Se perdermos, porém, a soberania, as decisões internas, não podemos aceitar as vantagens financeiras que o Fundo promete. Não queremos o combate à inflação com recessão como o FMI exige", disse.

CONSEQUÊNCIA IMPREVISÍVEL

"As consequências de uma moratória unilateral dos juros da dívida externa são inteiramente imprevisíveis, já que se trata de uma medida drástica, e que por isso mesmo temos que aguardar e avaliar todos os desdobramentos." A opinião é do ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, revelada durante uma exposição que ele fez à bancada mineira do PFL, ontem em Belo Horizonte, sobre a situação econômica do País. Sobre as reservas de petróleo, o ministro garantiu que o estoque brasileiro é suficiente por um período de 60 a 80 dias.

Aureliano Chaves, que participou ontem de assinatura de um convênio entre o seu ministério, o Ministério dos Transportes e a Companhia Vale do Rio Doce, para construção de um ramal ferroviário no valor de US\$ 75 milhões, negou que esteja previsto para os próximos dias um aumento da gasolina, mas defendeu um reajuste nos preços do óleo diesel que, por estar tão barato, está sendo misturado à gasolina.